

A NECESSIDADE DE CERTAS DEFINIÇÕES

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Em tempos de confusão generalizada é muito recomendável a disciplina mental que consiste em rever certos conceitos e até a significação dos mais triviais vocabúlos. Hoje, por exemplo, parece-me útil descobrir o que é um "militar"; e ainda mais fascinante será a pesquisa do que quer dizer a palavra "civil". Todo o mundo sabe, evidentemente, que militar é o homem que usa farda em certas solenidades, e que faz parte das corporações armadas que devem zelar pela defesa do país. Militar é o soldado que passa na rua, a pé e o general que passa de automóvel. Até aqui não há dificuldade: qualquer criança, sabe, ao menos nesta primeira aproximação, o que é um soldado. O problema que nos interessa é entretanto um pouco mais fino. Queremos saber até que ponto, até que profundidade da alma humana penetra a qualificação de militar. Antes de mais nada devemos distinguir entre qualificações e funções. Há nas hierarquias da sociedade essa dupla linha, como na hierarquia da Igreja há também a linha da jurisdição e a linha da ordem. Um homem se distingue de outros por suas qualificações que constituem, como a palavra indica, dotes estáveis, riquezas adquiridas, ou segundas naturezas inculcadas na essencial natureza humana. Assim, este indivíduo é médico porque possui a medicina; aquêl outro é poeta, porque anda com a poesia nêle ainda que não esteja efetivamente a poetar. A sociedade reconhece essas qualificações, e reconhece certos direitos a elas inerentes, embora seja muito matizado o diagrama oficial desses direitos. Um médico, por exemplo, precisa do diploma para abrir consultório. O poeta a rigor não precisa, ou se precisa, é de um diploma mais sutil conferido pelo consenso dos leitores. Há agora a hierarquia das funções: os homens se distinguem, dentro dela, pelos cargos que ocupam e que são mais accidentais e mais efêmeros do que as qualificações. Existe um mau hábito de continuar a tratar de senador ou de embaixador quem uma vez na vida teve esses títulos. Na verdade, porém, a senatoria ou a diplomacia não imprimem caráter e não correspondem ao que em linguagem filosófica se chama de "hábitos estáveis". Um homem é senador, com propriedade, enquanto está efetivamente de posse do mandato. Em outras palavras, senador é função e não qualificação. Por outro lado, entretanto, convém notar que é pela função apesar de sua relativa precariedade, e não pela qualificação, que os homens públicos exercem sua autoridade e respondem, ou devem responder por seus atos. Numa sociedade ideal deveria haver certo paralelismo entre as qualificações e as funções, mas para a maioria dos cargos públicos, e sobretudo para os mais altos, não há nem pode haver um esquema estrito de qualificação. Houve tempo, em nosso meio, em que se julgou que o título de engenheiro era melhor qualificação para o candidato à presidência da república do que o título de médico ou de dentista. Um bom democrata sabe que isto é uma tolice. A qualificação para tais cargos só pode ser a mais ampla e a mais profunda: a da plenitude dos direitos de cidadania. Médico ou agricultor, o cidadão comum, o cidadão simplesmente mas plenamente

cidadão pode ser Presidente ou Ministro de Estado. Ora, essa qualificação mais ampla e ao mesmo tempo mais profunda se chama civil.

Muita gente pensa hoje que civil se opõe a militar. Há na verdade uma aceção pobre e accidental para o termo, mas o seu sentido próprio é outro. A qualidade de civil não se opõe a militar como não se opõe a médico ou acrobata; é anterior e mais geral, é mais radicada na pessoa humana, mais relacionada com as exigências profundas da alma, do que qualquer uma das qualificações que concedem direitos especiais e restritos. Civil e cidadão são termos praticamente sinônimos, e foi o vício do vocabulário militarista, ou do correlato vocabulário civilista, que fez do termo civil um distintivo da condição não-militar.

Um militar é um qualificado para o exercício de certas funções especiais dentro do aparelho das forças armadas. Se estiver em exercício, terá a função além da qualificação. Se não estiver em exercício, terá para todos os efeitos públicos a função nova que exerce ficando em disponibilidade, por assim dizer adormecida, a sua qualificação. E cumpre notar que, fora dos quadros das forças armadas, nunca é pela qualificação militar que um homem pode exercer um cargo público. Supor que um Ministro da Guerra deva ser militar é tão estúpido como supor que um Presidente deva ser engenheiro. E o Ministro da Guerra, que por acaso fôr militar, não deverá comparecer fardado e condecorado nas reuniões de ministério: esse procedimento é impróprio, como seria esquisito, e bastante cômico, se o atual Presidente da República comparecesse com avental branco e munido de um estetoscópio. Podemos nos divertir com a imaginação do espetáculo de uma reunião ministerial em que cada titular comparecesse com as insígnias e com os instrumentos de suas anteriores qualificações, mas o divertimento se torna lúgubre quando ponderamos que corresponde a uma das tristes realidades brasileiras.

Aqui, entretanto, convém confessar que somos nós mesmos, os homens da oposição, que contribuímos para a criação desse monstro que se chama hoje poder militar. Não me refiro, evidentemente, ao poder físico das armas, que constituem perfeição das forças armadas já que são inevitáveis. Refiro-me à nova força que penetrou as estruturas políticas e que todos nós admitimos como um quarto poder. Será preciso dizer que não nutro nenhuma antipatia pessoal pelos homens fardados? Nesse sentido é estúpido ser antimilitarista, e creio que nunca corri tal risco. Há vinte e quatro anos vivo a ensinar na Escola Técnica do Exército onde conto muitos de meus melhores amigos. O antimilitarismo que professo ardentemente não é também o que recusa aos militares certos cargos públicos. Acho até bom que se aproveitem em outras ocupações os bons elementos produzidos pelas escolas do Exército já que não há nenhuma ameaça de guerra para nós. O meu antimilitarismo é outro, e refere-se àquêl tal poder militar que veio hibridar monstruosamente nossa estrutura política. Mas torno a dizer que os homens da oposição têm culpa disto. Ou pelo menos grande parte da res-

ponsabilidade. Vejam por exemplo o caso recente da declaração feita pelo Diretor Geral dos Correios e Telégrafos. Todo o mundo achou logo que competia ao Ministro da Guerra punir tal personagem porque ele é coronel do exército, como se coronel continuasse a ser, funcionalmente, na diretoria dos telégrafos. O fato é que, para louvar ou para criticar, todo o mundo fala demais no general Lott, que é general como o sr. Juscelino é cirurgião, isto é, por qualificação, mas que é Ministro, servidor da Presidência, por função. Deveríamos ser mais cuidadosos nos termos de nossa oposição, pois em verdade o que estamos fazendo é uma insensata propaganda daquêl general. O público que sofre a carestia da vida e as demais humilhações decorrentes dos maus governos tem a perigosa tendência, a tendência que já mais de uma vez chamei de "tropa cívica", de procurar um super-homem para sua salvação. Antiteticamente, estamos apresentando o general Lott como candidato a super-homem, e tudo parece indicar que tal candidatura não é de seu inteiro desagrado. Ora, o ideal para uma república é que o Ministro da Guerra seja a mais apagada e a mais desconhecida das figuras do ministério. Para contrabalançar os riscos do hibridismo entre a autoridade política e a força física dos carros blindados, seria desejável que o Ministro da Guerra, no caso de ser militar, e em vista do aproveitamento da experiência dada por sua qualificação, fôsse definitivamente afastado dos quadros militares, fôsse em suma reformado. Assim evitaríamos o hibridismo de funções, e teríamos na pasta da Guerra um titular taciturno, modesto, competido da secundária importância de sua pasta em presença das outras.

Para dar ao leitor uma sugestiva idéia dos disparates que estamos cometendo, sugro aqui um teste curioso: pergunte aos amigos bem informados, ou medianamente informados das coisas do mundo, quem é o Ministro da Guerra dos Estados Unidos. Fiz o teste na minha roda, e ninguém soube responder. O mais bem informado disse que era um civil, que fôra industrial, mas não soube dizer o nome. E até agora permaneço nesta sadia ignorância: não sei o nome do Ministro da Guerra do país mais forte do mundo, do qual depende a sorte dos outros, e do nosso inclusive. Leio todos os dias os telegramas de fora e tenho uma particular atenção pelo que acontece nos Estados Unidos e na Rússia, mas não me lembro de ter visto, ou não retive, o nome do Ministro da Guerra americano. Quando esteve em moda a ridícula competição de satélites, coube aos Estados Unidos, por suas forças armadas, responder à provocação russa. Houve ceulema na opinião pública, houve até rivalidade entre a Marinha e o Exército, chegaram até nós discursos do Presidente e do Vice-presidente, entrevistaram-se cientistas, técnicos, filósofos, mas do Ministro da Guerra não se ouviu um pio. E em suma apagada e discreta a figura do Ministro da Guerra da nação mais poderosa do mundo.

Por que será então que aqui no Brasil — que não é o país mais forte do mundo — a figura mais publicada e menos discreta é precisamente a do sr. Ministro da Guerra?